

APL - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.

**CONCURSO PÚBLICO SEM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA
ADJUDICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DOS
ESTUDOS DE MERCADO, DE AVALIAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA E DE
OPERACIONALIZAÇÃO DA NAVEGABILIDADE NO ESTUÁRIO DO TEJO**

N.º 41-CP-2017

PEÇAS DO PROCEDIMENTO

Índice

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO.....	3
Secção I - Disposições gerais.....	3
Artigo 1.º - Objeto do concurso	3
Artigo 2.º - Entidade Adjudicante	3
Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar.....	3
Artigo 4.º -Júri do procedimento	3
Artigo 5.º - Concorrentes	4
Artigo 6.º - Acesso e consulta das peças do procedimento	5
Artigo 7.º - Pedidos de esclarecimentos	6
Artigo 8.º - Erros e omissões do Caderno De Encargos	7
Artigo 9.º - Idioma	7
Artigo 10.º - Inspeção dos locais.....	8
Secção II - Proposta	8
Artigo 11.º - Modo de apresentação de propostas	8
Artigo 12.º - Lugar e data limite de apresentação das propostas.....	9
Artigo 13.º - Prazo de manutenção das propostas	10
Artigo 14.º - Proposta.....	10
Secção III - Avaliação e Audiência Prévia	13
Artigo 15.º - Esclarecimentos sobre as propostas	13
Artigo 16.º - Critérios de adjudicação	13
Artigo 17.º - Relatórios preliminar e final	13
Secção IV - Adjudicação, Habilitação e Celebração do Contrato	14
Artigo 18.º - Decisão de adjudicação	14
Artigo 19.º - Notificação da adjudicação e documentos de habilitação.....	14
Artigo 20.º - Caducidade da adjudicação	15
Artigo 21.º - Causas de não adjudicação	16
Artigo 22.º - Aprovação e aceitação da minuta do contrato.....	16
Artigo 23.º - Celebração de contrato escrito	17
Secção V - Disposições finais.....	17
Artigo 24.º - Despesas.....	17

Artigo 25.º - Legislação aplicável	18
ANEXOS AO PROGRAMA DE PROCEDIMENTO	19
CADERNO DE ENCARGOS	37
Secção I - Cláusulas Jurídicas.....	37
Artigo 1.º - Objeto e âmbito da prestação de serviços	37
Artigo 2.º - Prazo	38
Artigo 3.º - Contrato	38
Artigo 4.º - Condições de pagamento	39
Artigo 5.º - Preço Base	39
Artigo 6.º - Sigilo	40
Artigo 7.º - Cessão da posição contratual	40
Artigo 8.º - Incumprimento	40
Artigo 9.º - Casos fortuitos ou de força maior.....	40
Artigo 10.º - Patentes, licenças e marcas registadas	41
Artigo 11.º - Garantia de Qualidade	41
Artigo 12.º - Resolução do contrato	41
Artigo 13.º - Encargos	41
Artigo 14.º - Foro competente	42
Secção II - Cláusulas Técnicas	42
Artigo 15.º - Obrigações específicas do adjudicatário.....	42
ANEXO I AO CADERNO DE ENCARGOS – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	44
ANEXO II AO CADERNO DE ENCARGOS - PLANTA	67

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Secção I - Disposições gerais

Artigo 1.º - Objeto do concurso

O presente concurso público tem por objeto a “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS DE MERCADO, DE AVALIAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA E DE OPERACIONALIZAÇÃO DA NAVEGABILIDADE NO ESTUÁRIO DO TEJO”, com as condições e características definidas no CADERNO DE ENCARGOS e demais peças do procedimento.

Artigo 2.º - Entidade Adjudicante

A Entidade Adjudicante é a APL - Administração do Porto de Lisboa, SA, pessoa coletiva n.º 501202021, com sede na Gare Marítima de Alcântara, 1350-355 Lisboa, com o telefone n.º (+351) 21 361 1000, correio eletrónico geral@portodelisboa.pt, endereço eletrónico www.portodelisboa.pt, que utiliza a plataforma eletrónica de contratação pública SaphetyGov, com o endereço eletrónico <http://www3.saphety.com/>.

Artigo 3º - Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar e de lançamento do presente procedimento foi tomada por deliberação do Conselho de Administração da APL,S.A. datada de 7 de julho de 2017.

Artigo 4º -Júri do procedimento

1. O presente procedimento é conduzido por um Júri composto por 5 (cinco)

membros efetivos, um dos quais preside, e 3 (três) suplentes, designado pela APL, S.A. e identificado no Anexo I ao PROGRAMA DO PROCEDIMENTO (doravante “Júri”), entrando em funções no primeiro dia útil após o envio do Anúncio do Concurso para publicação.

2. Ao Júri compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não seja cometida injuntivamente ao órgão competente para a decisão de contratar da Entidade Adjudicante.
3. Compete ao Júri, nomeadamente, a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios de análise.
4. O Júri pode, a todo o momento, emitir oficiosamente esclarecimentos que permitam a boa interpretação das peças do procedimento, sem que tal implique qualquer prorrogação de prazo para apresentação de propostas.
5. As deliberações do Júri são aprovadas por maioria dos votos, não sendo admitida a abstenção, e devem ser fundamentadas.
6. Nas deliberações em que haja voto de vencido de algum membro do Júri, deve mencionar-se em ata essa circunstância, devendo o membro em questão nela fazer exarar as razões da sua discordância.

Artigo 5.º - Concorrentes

1. Podem concorrer ao presente concurso pessoas coletivas, nacionais ou estrangeiras que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e que sejam titulares das necessárias autorizações e/ou licenças para a prestação dos serviços objeto do presente concurso, nos termos da legislação aplicável.
2. É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, sem que entre eles exista qualquer modalidade jurídica de associação no momento da apresentação da proposta.

3. Os membros de um agrupamento concorrente nos termos do número anterior, não podem concorrer individualmente nem integrar outro agrupamento concorrente para efeitos de apresentação de propostas a este mesmo concurso.
4. Cada agrupamento concorrente deverá adotar uma designação pela qual será identificado para efeitos do presente concurso.
5. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as entidades agrupadas serão responsáveis solidariamente, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta que vier a ser apresentada.
6. No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento de concorrentes, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas, agrupamento europeu de interesse económico ou consórcio externo em regime de responsabilidade solidária e ilimitada, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de junho, com sede social na União Europeia.
7. A sociedade a constituir, a que se refere o número anterior, deverá ter como únicos sócios os membros do agrupamento concorrente e o seu objeto social deve consistir na prossecução das atividades compreendidas no objeto do contrato a celebrar.

Artigo 6.º - Acesso e consulta das peças do procedimento

1. Fazem parte do presente Concurso, o presente PROGRAMA DO PROCEDIMENTO e o CADERNO DE ENCARGOS, bem como os esclarecimentos e as retificações das peças do procedimento e todos os documentos que venham aí a ser integrados.
2. As peças do presente procedimento poderão ser consultadas de 2.ª a 6.ª feira, entre as 9h30m e as 12h30m e entre as 14h00m e as 17h00m, desde o dia da publicação do anúncio, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas nas seguintes instalações no Centro de

Documentação e Informação da APL, S.A., sito no Edifício Infante D. Henrique, Doca de Alcântara Norte, 1399-012 Lisboa.

3. As peças do presente procedimento estão disponíveis na plataforma eletrónica SaphetyGov, a título gratuito, em formato digital.

Artigo 7.º - Pedidos de esclarecimentos

1. Os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na compreensão e na interpretação das Peças do Procedimento, os quais devem ser solicitados ao Júri exclusivamente através da plataforma eletrónica já referida, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a contar da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados pelo Júri através da referida plataforma eletrónica, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a entrega das propostas.
3. A falta de resposta a qualquer pedido de esclarecimento até à data prevista no n.º 2, desde que o mesmo tenha sido apresentado com observância do prazo previsto no n.º 1, obriga à prorrogação do prazo para a entrega das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
4. Na situação prevista no número anterior, a prorrogação do prazo de entrega das propostas respeita a todos os interessados.
5. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 64.º do CCP, o órgão que tomou a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previsto no número 2.
6. Os esclarecimentos, bem como as retificações referidas no n.º 5, são disponibilizados na já referida plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados imediatamente notificados desse facto.
7. Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do

procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 8.º - Erros e omissões do CADERNO DE ENCARGOS

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 61.º do CCP, até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar, através da já referida plataforma eletrónica, à Entidade Adjudicante, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões detetados no CADERNO DE ENCARGOS, relativos aos elementos previstos no n.º 1 do artigo 61.º do CCP.
2. A apresentação, por qualquer interessado, da lista prevista no número anterior suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas, desde o termo do quinto sexto daquele prazo, até ao dia em que a Entidade Adjudicante, se pronuncie sobre os erros e omissões identificados pelos interessados.
3. A decisão da Entidade Adjudicante, sobre os erros e omissões identificados pelos interessados deve ser proferida até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, considerando-se rejeitados todos os que não sejam expressamente aceites.
4. As listas apresentadas pelos interessados nos termos do n.º 1, bem como a decisão da Entidade Adjudicante prevista no número anterior, são disponibilizadas na já referida plataforma eletrónica, devendo todos os interessados ser imediatamente notificados dos respetivos factos.
5. A decisão prevista nos números anteriores deve ainda ser junta às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta.

Artigo 9.º - Idioma

1. No âmbito do presente Concurso, todos os documentos entregues pelos Concorrentes devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo,

devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, em relação à qual os mesmos declarem aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, conforme Declaração constante do Anexo II ao PROGRAMA DO PROCEDIMENTO.

2. A documentação acessória de carácter técnico, como referida no n.º 3 do art. 57.º do CCP, nomeadamente catálogos ou fichas de equipamentos, podem ser redigidos em língua estrangeira, designadamente em inglês, francês ou espanhol.

Artigo 10.º - Inspeção dos locais

Independentemente das informações fornecidas nas peças patenteadas a concurso entende-se que, com a apresentação da sua proposta a concurso, o Concorrente se inteirou localmente das condições de realização de todos os trabalhos a efetuar e de todos os factos e circunstâncias relevantes para o desenvolvimento da atividade, tendo procedido a todas as avaliações, indagações e medições para o efeito necessárias, pelo que o adjudicatário será responsável durante a execução da prestação de serviços por qualquer errada interpretação das Peças do Procedimento ou do contrato que derivem da falta de inspeção dos locais, instalações e equipamentos.

Secção II - Proposta

Artigo 11.º - Modo de apresentação de propostas

1. A entrega da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica através da já referida plataforma eletrónica de contratação pública, acessível no sítio eletrónico <http://www3.saphety.com/>, nos termos descritos no artigo seguinte.
2. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve o

mesmo ser encerrado em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual se deve indicar a designação do concurso e da entidade adjudicante.

3. Os documentos entregues nos termos do n.º 2 devem ser entregues diretamente ou enviados por correio registado à APL, S.A. que registará a data e hora da sua receção, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e todos os demais documentos que apresentarem, de acordo com o disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, próprios ou disponibilizados pela plataforma eletrónica.

Artigo 12.º - Lugar e data limite de apresentação das propostas

1. As propostas são apresentadas nos termos do artigo anterior na plataforma eletrónica, podendo o seu carregamento ser feito progressivamente e concluído e submetido até às 17h00 (dezassete horas) do 15.º dia útil a contar da data de envio do anúncio para publicação no Diário da República.
2. O carregamento mencionado no número anterior é feito na área reservada na plataforma eletrónica em exclusivo ao interessado em causa e relativa ao procedimento em curso.
3. A apresentação da proposta fica concluída quando, após o Concorrente ter procedido ao carregamento progressivo dos ficheiros e dos formulários respetivos na plataforma eletrónica, devidamente encriptados, procede à sua submissão.
4. O Concorrente é o único responsável pelos atrasos que eventualmente se verifiquem, não podendo, por isso, considerar-se tempestivamente apresentadas as propostas e quaisquer documentos que sejam recebidos depois da hora e data limites indicadas.
5. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, bem como número de ordem de apresentação, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

Artigo 13.º - Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes devem manter as propostas apresentadas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias úteis contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, considerando-se este prazo prorrogado por iguais períodos se aqueles nada requererem em contrário.

Artigo 14.º - Proposta

1. Cada Concorrente apenas pode apresentar uma proposta, não sendo admitida a apresentação de propostas variantes nem de propostas condicionadas.
2. A proposta deverá, sob pena de exclusão, para além dos motivos identificados no CCP, ser constituída pelos seguintes documentos, apresentados pela ordem indicada, os quais não deverão conter rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas, salvo se forem devidamente ressalvadas:
 - a) Declaração do Concorrente de aceitação do conteúdo do CADERNO DE ENCARGOS, elaborada em conformidade com o modelo constante da Anexo III ao presente PROGRAMA DO PROCEDIMENTO e assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - b) No caso de agrupamentos de concorrentes, a mesma declaração deve ser assinada por todas as empresas que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo seu representante comum devendo neste caso, para o efeito, ser apresentados os competentes instrumentos de mandato, emitidos por cada uma das entidades que compõem o agrupamento, com indicação dos direitos e obrigações de cada uma das sociedades que o constituem no âmbito do Contrato de Concessão;
 - c) Cópia de certidão de registo Comercial da sociedade ou sociedades que integrem o Concorrente;
 - d) Proposta Económica;

- e) Nota justificativa dos preços propostos devidamente fundamentada, designadamente nos casos em que sejam apresentados preços anormalmente baixos. Para este efeito, consideram-se preços anormalmente baixos os que sejam inferiores a 50% do preço base, sem prejuízo do disposto no número 3 do art. 71.º do CCP;
- f) Proposta técnica de execução da prestação de serviços, que atenda aos requisitos estabelecidos no CADERNO DE ENCARGOS, que contenha as seguintes indicações ou documentos detalhados:
 - i. Programa de trabalhos detalhado indicativo do prazo de execução da prestação de serviços, suas relações de interdependência e precedências, especificando os prazos das diversas tarefas que compõem a prestação de serviços e respetivos caminhos críticos, sob a forma de diagrama de barras, tendo como unidade a semana;
 - ii. Memória descritiva da metodologia a adotar na prestação de serviços, incluindo, a metodologia de execução dos trabalhos e a justificação da sua adequação aos objetivos dos trabalhos, com descrição detalhada de todas as tarefas necessárias ao desenvolvimento dos estudos, e a identificação e fundamentação dos critérios a adotar para hierarquização dos cenários estudados;
 - iii. Constituição da equipa técnica pluridisciplinar que ficará afeta ao desenvolvimento da prestação de serviços, a qual deverá possuir um coordenador geral com experiência de, pelo menos, 5 anos em funções de coordenação de estudos, e responsáveis por cada uma das principais componentes a desenvolver com experiência de, pelo menos, um estudo de natureza similar nos últimos 10 anos, incluindo os "*curricula vitae*" nos quais se realce e demonstre a experiência em estudos de mercado e de logística e projetos de vias navegáveis;
- g) Proposta técnica de execução da prestação de serviços, que atenda aos requisitos estabelecidos no CADERNO DE ENCARGOS, que contenha as seguintes indicações ou documentos detalhados:

- iv. Programa de trabalhos detalhado indicativo do prazo de execução da prestação de serviços, suas relações de interdependência e precedências, especificando os prazos das diversas tarefas que compõem a prestação de serviços e respetivos caminhos críticos, sob a forma de diagrama de barras, tendo como unidade a semana;
 - v. Memória descritiva da metodologia a adotar na prestação de serviços, incluindo, a metodologia de execução dos trabalhos e a justificação da sua adequação aos objetivos dos trabalhos, com descrição detalhada de todas as tarefas necessárias ao desenvolvimento dos estudos, e a identificação e fundamentação dos critérios a adotar para hierarquização dos cenários estudados;
 - vi. Constituição da equipa técnica pluridisciplinar que ficará afeta ao desenvolvimento da prestação de serviços, a qual deverá possuir um coordenador geral com experiência de, pelo menos, 5 anos em funções de coordenação de estudos, e responsáveis por cada uma das principais componentes a desenvolver com experiência de, pelo menos, um estudo de natureza similar nos últimos 10 anos, incluindo os “curricula vitae” nos quais se realce e demonstre a experiência em estudos de mercado e de logística e projetos de vias navegáveis.
- h) Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos de avaliação da mesma.
- 3. A declaração referida na alínea a) do n.º 2 deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
 - 4. No caso de agrupamentos de concorrentes, a mesma declaração deve ser assinada por todas as empresas que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo seu representante comum devendo neste caso, para o efeito, ser apresentados os competentes instrumentos de mandato, emitidos por cada uma das entidades que compõem o agrupamento.

Secção III - Avaliação e Audiência Prévia

Artigo 15.º - Esclarecimentos sobre as propostas

1. O júri do concurso pode solicitar aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desses factos.

Artigo 16º - Critérios de adjudicação

A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta os fatores, subfatores, respetivos índices de ponderação e modelo de avaliação indicados No Anexo IV ao presente PROGRAMA DO PROCEDIMENTO.

Artigo 17.º - Relatórios preliminar e final

1. Após a análise das propostas, o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado sobre o mérito das mesmas, fazendo referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, caso existam, e propondo a ordenação das propostas de acordo com os critérios de adjudicação ou a sua exclusão, nos termos do n.º 2 e n.º 3 do art.º 146.º do CCP.
2. No relatório mencionado no número anterior, o Júri fundamenta as razões por que propõe a exclusão de qualquer proposta, se for o caso.
3. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia, a promover pelo Júri,

que fixa prazo de 5 (cinco) dias úteis para pronúncia, por escrito, por todos os Concorrentes.

4. Exercido o direito de audiência prévia referido no número anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o Júri pondera as observações formuladas e elabora relatório final de avaliação das propostas, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, que submete à apreciação e decisão da Entidade Adjudicante, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no artigo 146.º, n.º 2, do CCP.
5. Caso no relatório final se proponha a exclusão de qualquer proposta de modo inovador face ao relatório preliminar ou dele resulte uma ordenação diferente das propostas face ao constante no relatório preliminar, deve-se realizar nova audiência prévia, nos termos do n.º 2 do art.º 148.º e do n.º 2 do artigo 124.º do CCP.

Secção IV - Adjudicação, Habilitação e Celebração do Contrato

Artigo 18.º - Decisão de adjudicação

Recebido o relatório final a Entidade Adjudicante procede à adjudicação segundo os critérios definidos, aceitando a única proposta apresentada ou escolhendo uma de entre as propostas apresentadas.

Artigo 19.º - Notificação da adjudicação e documentos de habilitação

1. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os Concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade Adjudicante notifica o adjudicatário para, no prazo de 7 (sete) dias, apresentar:

a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo V ao

presente PROGRAMA DO PROCEDIMENTO e os demais documentos de habilitação exigidos nos termos do n.º 1 do art.º 81.º do Código dos Contratos Públicos e confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, bem como, no caso de ser um agrupamento, para apresentar os documentos comprovativos de associação nos termos do art.º 5.º n.º 5 e 6, ou da constituição de sociedade comercial, cujo objeto social consista na prossecução das atividades compreendidas no objeto do Contrato.

3. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos referidos no n.º 2. através da plataforma eletrónica indicada.
4. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas os documentos previstos na alínea a) do n.º 2 devem ser apresentados por todos os seus membros.

Artigo 20.º - Caducidade da adjudicação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no presente PROGRAMA DO PROCEDIMENTO;
 - b) Redigidos em língua portuguesa ou acompanhados da tradução devidamente legalizada.
2. A adjudicação caduca ainda se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:
 - a) No caso de se tratar de um agrupamento, se os seus membros não se associarem nos termos previstos no artigo 5.º do presente PROGRAMA DO CONCURSO;
 - b) Não compareça no dia, hora e locais fixados para a outorga do contrato.
3. Na situação prevista no n.º 1, a Entidade Adjudicante notifica o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo não superior a 5

(cinco) dias para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

4. Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a Entidade Adjudicante deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
5. Nos casos previstos nos números anteriores, a APL, S.A. deve decidir pela adjudicação ao concorrente classificado em lugar subsequente.

Artigo 21.º - Causas de não adjudicação

1. Não há lugar à adjudicação quando:
 - a) Não tenha sido apresentada nenhuma proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das Peças do Procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
 - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, é notificada a todos os concorrentes.
3. No caso da alínea c) do n.º 1. a entidade adjudicante dará início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

Artigo 22.º - Aprovação e aceitação da minuta do contrato

1. A minuta é enviada ao adjudicatário e considera-se por este aceite quando haja aceitação expressa ou quando não haja proposta de alterações nos cinco

dias subsequentes à respetiva notificação.

2. São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao procedimento.
3. Em caso de reclamação a APL, S.A. comunica ao adjudicatário, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
4. Após a aceitação da minuta do contrato pelo adjudicatário, a Entidade Adjudicante notifica-o do local e data em que deve comparecer para a respetiva celebração.

Artigo 23.º - Celebração de contrato escrito

1. O contrato deve ser celebrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação.
2. A APL, S.A. comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, hora e local em que se celebra o contrato.
3. Se a APL, S.A. não celebrar o contrato no prazo fixado, pode o adjudicatário desvincular-se da proposta, libertando-se a caução que haja sido prestada, sendo reembolsado de todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com elaboração da proposta e com a prestação da caução.

Secção V - Disposições finais

Artigo 24.º - Despesas

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do Contrato, constituem encargo dos Concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

Artigo 25.º - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente PROGRAMA DO CONCURSO aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e no Código dos Contratos Públicos publicado em anexo.

(a)

ANEXOS AO PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

ANEXO I - JÚRI DO CONCURSO

(a que se refere o n.º 1. do artigo 4.º do PROGRAMA DO PROCEDIMENTO)

Por deliberação do Conselho de Administração de 7 de julho de 2017, foi determinado que o Júri do procedimento seria composto pelos seguintes elementos:

Presidente: Iris Delgado, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Compras;

Vogal: Rui Barata, Chefe da Pilotagem;

Vogal: José Rocha, Chefe da Auditoria de Projetos e Obras;

Vogal: Paula Sengo, Sustentabilidade e Estuário;

Vogal: Susana Rolo, Logística.

Suplentes: Sandra Viegas, Contratação Pública e Compras, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos;

Suplentes: Rita Ramos, Sustentabilidade e Estuário;

Suplentes: Tiago Fernandes, Terminais Portuários e Logística.

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREVALÊNCIA DAS TRADUÇÕES

(a que se refere o artigo 9.º do PROGRAMA DO PROCEDIMENTO)

[•] (*nome, estado civil, BI e morada*), na qualidade de representante de [•] (*firma e sede ou nome e morada*), declara(m), sob compromisso de honra, que a sua representada, para efeitos do disposto no PROGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO n.º 41-CP-2017 para a “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS DE MERCADO, DE AVALIAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA E DE OPERACIONALIZAÇÃO DA NAVEGABILIDADE NO ESTUÁRIO DO TEJO”, aceita que as traduções apresentadas dos documentos não redigidos em língua portuguesa prevaleçam, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Local e data

[*Assinatura do(s) representante(s) legal(ais)*]

(b)

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DO CONCORRENTE

(a que se refere o n.º 2 do artigo 14.º do PROGRAMA DO PROCEDIMENTO)

1 -(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do CADERNO DE ENCARGOS relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de CONCURSO PÚBLICO n.º 41-CP-2017 para a “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS DE MERCADO, DE AVALIAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA E DE OPERACIONALIZAÇÃO DA NAVEGABILIDADE NO ESTUÁRIO DO TEJO”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado CADERNO DE ENCARGOS, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas, e ainda o subsequente contrato a celebrar, que instrui a presente proposta.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (*o concorrente deverá enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º do CCP*):

a)

b)

...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação,

dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional⁽³⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional⁽⁴⁾] ⁽⁵⁾;

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional⁽⁶⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional⁽⁷⁾] ⁽⁸⁾;

d) Tem a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽⁹⁾;

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹⁰⁾;

f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos ⁽¹¹⁾;

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 562.º do Código do Trabalho ⁽¹²⁾;

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para e segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽¹³⁾;

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes ⁽¹⁴⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos

seguintes crimes^{(15)] (16):}

- i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho, de 26 de Maio de 1997, e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada, ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja

imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

.....(local),(data), ... [assinatura⁽¹⁷⁾].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso do concorrente ser pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (9) Declarar consoante a situação.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade ficado na decisão condenatória.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade ficado na decisão condenatória.
- (13) Declarar consoante a situação.
- (14) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(16) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(17) Nos termos do disposto nos n.º 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO IV – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO
(conforme artigo 16.º do Programa do Procedimento)

A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta os seguintes fatores de avaliação e respetivos índices de ponderação:

Fatores	Ponderação
a) MT – Metodologia de execução dos trabalhos	60%
b) PR – Preço	40%

Para a pontuação dos diversos fatores será utilizada uma escala de 1 a 5.

Fórmula de cálculo de cada fator:

a) Metodologia de Execução (MT)

O fator Metodologia de Execução (MT) é avaliado com base nos subfatores Memória Descritiva (MD) e Programa de Trabalhos (PT), com a seguinte ponderação:

$$MT = MD \times 0,6 + PT \times 0,4$$

a.1.) Memória descritiva (MD)

O subfactor Memória Descritiva (MD) será avaliado com base nos itens MD(1), MD(2) e MD(3), os quais são avaliados autonomamente, segundo a escala de valores definida na grelha que se segue

MEMÓRIA DESCRITIVA	PONTUAÇÃO			
Itens de avaliação	5	4	2	1
MD(1) Metodologias gerais e para cada componente a desenvolver	Apresenta uma descrição MUITO DETALHADA E MUITO OBJETIVA das metodologias a empregar e identifica de forma MUITO DETALHADA E MUITO OBJETIVA todos os trabalhos a realizar E sendo considerados PLENAMENTE ADEQUADOS aos objetivos do trabalho	Apresenta uma descrição DETALHADA E OBJETIVA das metodologias a empregar E/OU identifica de forma DETALHADA E OBJETIVA todos os trabalhos a realizar E/OU sendo considerados ADEQUADOS aos objetivos do trabalho.	Apresenta uma descrição POUCO DETALHADA E/OU POUCO OBJETIVA das metodologias a empregar E/OU identifica de forma POUCO DETALHADA E/OU POUCO OBJETIVA todos os trabalhos a realizar E/OU sendo considerados POUCO ADEQUADOS aos objetivos do trabalho.	Apresenta uma descrição INSUFICIENTE E INADEQUADA quanto às metodologias a empregar E/OU quanto à identificação de todos os trabalhos a realizar
MD(2) Metodologias de recolha de informação	Apresenta uma descrição MUITO DETALHADA E MUITO OBJETIVA das metodologias a empregar E identifica de forma MUITO DETALHADA E MUITO OBJETIVA todos os trabalhos a realizar E sendo considerados PLENAMENTE ADEQUADOS aos objetivos do trabalho	Apresenta uma descrição DETALHADA E OBJETIVA das metodologias a empregar E/OU identifica de forma DETALHADA E OBJETIVA todos os trabalhos a realizar E/OU sendo considerados ADEQUADOS aos objetivos do trabalho.	Apresenta uma descrição POUCO DETALHADA E/OU POUCO OBJETIVA das metodologias a empregar E/OU identifica de forma POUCO DETALHADA E/OU POUCO OBJETIVA todos os trabalhos a realizar E/OU sendo considerados POUCO ADEQUADOS aos objetivos do trabalho.	Apresenta uma descrição INSUFICIENTE E INADEQUADA quanto às metodologias a empregar E/OU quanto à identificação de todos os trabalhos a realizar
MD(3) Metodologias e	Apresenta uma descrição MUITO DETALHADA E MUITO OBJETIVA	Apresenta uma descrição DETALHADA E OBJETIVA das	Apresenta uma descrição POUCO DETALHADA E/OU POUCO OBJETIVA	Apresenta uma descrição INSUFICIENTE E INADEQUADA

MEMÓRIA DESCRITIVA	PONTUAÇÃO			
Itens de avaliação	5	4	2	1
critérios a adotar para a hierarquização dos cenários estudados	das metodologias e critérios a empregar E identifica de forma MUITO DETALHADA E MUITO OBJETIVA todos os trabalhos a realizar E sendo considerados PLENAMENTE ADEQUADOS aos objetivos do trabalho	metodologias e critérios a empregar E/OU identifica de forma DETALHADA E OBJETIVA todos os trabalhos a realizar E/OU sendo considerados ADEQUADOS aos objetivos do trabalho.	das metodologias e critérios a empregar E/OU identifica de forma POUCO DETALHADA OU POUCO OBJETIVA todos os trabalhos a realizar E/OU sendo considerados POUCO ADEQUADOS aos objetivos do trabalho.	quanto às metodologias e critérios a empregar E/OU quanto à identificação de todos os trabalhos a realizar

O resultado final do subfator MD será determinado pela fórmula:

$$MD = (MD(1)/3) + (MD(2)/3) + (MD(3)/3)$$

a.2.) Programa de Trabalhos (PT)

O subfactor Programa de Trabalhos (PT) será avaliado segundo a escala de valores definida na seguinte grelha:

PROGRAMA DE TRABALHOS	PONTUAÇÃO			
	5	4	2	1
(PT) Programa de trabalhos	Apresenta um programa de trabalhos MUITO COMPLETO E DETALHADO, E DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO com as tarefas,	Apresenta um programa de trabalhos COMPLETO DETALHADO E FUNDAMENTADO com as tarefas, metodologias e	Apresenta um programa de trabalhos POUCO DETALHADO, E/OU POUCO FUNDAMENTADO com as tarefas, metodologias e	Apresenta um programa de trabalhos INSUFICIENTE E INADEQUADO.

PROGRAMA DE TRABALHOS	PONTUAÇÃO			
	5	4	2	1
	metodologias e trabalhos apresentados na memória descritiva E sendo considerado PLENAMENTE ADEQUADO aos objetivos e prazo do trabalho.	trabalhos apresentados na memória descritiva E/OU sendo considerado ADEQUADO aos objetivos e prazo do trabalho.	trabalhos apresentados na memória descritiva E/OU sendo considerado POUCO ADEQUADO aos objetivos e prazo do trabalho.	

b) PR – Preço

O cálculo da pontuação a atribuir à proposta relativamente ao fator Preço (PR) será efetuado pela fórmula:

- Se $PB \geq V \geq 0,85PB$, então:

$$PR = -\frac{3}{0.15PB}V + 21$$

- Se $0,85PB > V > 0,5PB$, então:

$$PR = -\frac{1}{0.35PB}V + 5 + \frac{0.50}{0.35}$$

- Se $0,50PB \geq V$, então $PR=5$

Em que:

PR = Pontuação da proposta quanto ao preço;

V = Preço da proposta do concorrente;

PB= Preço base

Fórmula para cálculo da pontuação final (PF) atribuída a cada concorrente:

$$\mathbf{PF = 0,60 \times MT + 0,40 \times PR}$$

O resultado obtido na classificação final (CF) será arredondado a duas casas decimais.

Em caso de empate das propostas, o critério de desempate consiste na escolha do concorrente que obtenha maior pontuação no fator (ou subfactor) com maior peso na avaliação das propostas, ou seja, o fator MT – Metodologia de execução dos trabalhos (60%).

Caso, ainda assim, se mantenha o empate o júri do procedimento procederá a um sorteio.

ANEXO V – DECLARAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

(a que se refere o n.º2 a) do artigo 19.º do CADERNO DE ENCARGOS)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento proponente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de CONCURSO PÚBLICO SEM PUBLICIDADE INTERNACIONAL n.º 41-CP-2017 PARA ADJUDICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS DE MERCADO, DE AVALIAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA E DE OPERACIONALIZAÇÃO DA NAVEGABILIDADE NO ESTUÁRIO DO TEJO, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):
 - a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);
 - c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (6);
 - d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);
 - e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições

para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como proponente ou como membro de Agrupamento candidato ou proponente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

(1) Aplicável apenas a proponentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o proponente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Declarar consoante o proponente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o proponente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento proponente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):
 - a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);
 - c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (6);
 - d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);
 - e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);
 - f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da

Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *i)* do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra - ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como proponente ou como membro de Agrupamento candidato ou proponente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

(1) Aplicável apenas a proponentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o proponente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Declarar consoante o proponente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(8) Declarar consoante a situação.

(9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(10) No caso de o proponente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

(11) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

CADERNO DE ENCARGOS

Secção I - Cláusulas Jurídicas

Artigo 1.º - Objeto e âmbito da prestação de serviços

1. O objeto da prestação de serviços consiste na "ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS DE MERCADO, DE AVALIAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA E DE OPERACIONALIZAÇÃO DA NAVEGABILIDADE NO ESTUÁRIO DO TEJO".
2. A prestação de serviços referida no número anterior visa estudar a viabilidade da exploração comercial da navegação fluvial do rio Tejo, sustentada nos canais existentes no seu estuário, a qual é considerada fundamental para o desenvolvimento do porto de Lisboa, integrando os projetos de investimento previstos na estratégia para o aumento da competitividade portuária até 2026.
3. De acordo com o referido nos números anteriores, o adjudicatário deverá fazer um estudo do mercado atual e potencial da utilização da via fluvial e avaliar a viabilidade económico-financeira alargada das diferentes soluções de navegação fluvial que se justifiquem face às características e necessidades do mercado e sua perspetiva de evolução, nos termos e condições do CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.
4. O estudo de mercado deverá incluir igualmente um diagnóstico dos fatores favoráveis e dos constrangimentos à prestação e desenvolvimento da atividade de tráfego fluvial no porto de Lisboa.
5. A viabilidade económico-financeira das soluções deve ser apresentada por cenários de navegação fluvial baseados em estudos técnicos preliminares que identifiquem diferentes opções de investimento em dragagens, equipamentos, infraestruturas portuárias, embarcações e sua operacionalização.
6. Deverá ser efetuada a avaliação dos cenários tendo em consideração todas as condicionantes ambientais, jurídico-administrativas e operacionais, as quais devem ser identificadas na sua caracterização, bem como uma análise das acessibilidades terrestres que garantam a transferência

modal/intermodalidade necessária à organização e operacionalização de uma navegação fluvial estável.

7. Os diferentes cenários alternativos deverão ser objeto de análise multicritério, integrando fatores económico-financeiros, ambientais, sociais e condicionantes;
8. No final do estudo, a APL deverá possuir a informação necessária para a seleção e tomada de decisão sobre os cenários mais favoráveis a desenvolver em fase de projeto, com base na hierarquização dos mesmos efetuada a partir dos resultados da análise multicritério.

Artigo 2.º - Prazo

1. O presente contrato entrará em vigor na data da sua assinatura e manter-se-á em vigor o tempo necessário para a conclusão da prestação de serviços contratada, considerando que o prazo global máximo de execução da referida prestação de serviços é de 6 (seis) meses.
2. O n.º 6 das Especificações Técnicas determina o prazo máximo para entrega dos elementos devidos pelo adjudicatário no âmbito da execução da prestação de serviços, não se incluindo nestes prazos os períodos de apreciação dos referidos elementos por parte da entidade adjudicante.

Artigo 3.º - Contrato

1. O contrato integrará os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do CADERNO DE ENCARGOS identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao CADERNO DE ENCARGOS;
 - c) O CADERNO DE ENCARGOS;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo

adjudicatário.

2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo diploma legal.

Artigo 4.º - Condições de pagamento

1. O preço a pagar pela entidade adjudicante ao adjudicatário será o valor da proposta de preço constante da proposta adjudicada.
2. O valor a que se alude no número anterior será pago, contra a entrega das faturas correspondentes, nas seguintes prestações:
 - a) 30% do valor global da prestação de serviços, com a aprovação pela APL,SA, do Relatório preliminar do Estudo de mercado atual e potencial;
 - b) 40% do valor global da prestação de serviços com a aprovação pela APL,SA do Relatório intercalar com a versão preliminar dos cenários de navegação fluvial, dos respetivos estudos técnicos preliminares e a avaliação preliminar de custos;
 - c) 30% do valor global da prestação de serviços, após a conclusão dos trabalhos e aprovação pela APL,SA do Relatório final dos estudos de mercado e de avaliação económico-financeira dos cenários de navegação e sua respetiva classificação e hierarquização.

Artigo 5.º - Preço Base

O preço base do presente procedimento é de 170.000,00€ (cento e setenta mil euros), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 6.º - Sigilo

O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações de que os seus administradores e trabalhadores venham a ter conhecimento, relacionadas com a atividade da entidade adjudicante.

Artigo 7.º - Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização prévia por escrito da APL, S.A.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve o concessionário apresentar todos os documentos exigidos pela APL, designadamente todos os necessários ao cumprimento do contrato por parte do adjudicatário.

Artigo 8.º - Incumprimento

1. No caso de incumprimento das obrigações fixadas no contrato por causa imputável ao adjudicatário, a APL, S.A. reserva-se o direito de aplicar sanção pecuniária até 5 % (cinco por cento) do valor dos fornecimentos em falta, por cada dia em que foram excedidos os respetivos prazos, após audiência prévia.
2. Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima referidas, a APL, S.A. poderá, se a mora se mantiver por um prazo elevado ou lhe causar prejuízos apreciáveis, resolver o Contrato.

Artigo 9.º - Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar do prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 10.º - Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação dos serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Artigo 11.º - Garantia de Qualidade

O adjudicatário garantirá, sem qualquer encargo para a APL, S.A., que os serviços fornecidos obedecem a padrões de reconhecida qualidade, correspondendo ao exigido no presente CADERNO DE ENCARGOS.

Artigo 12.º - Resolução do contrato

1. O incumprimento por qualquer das partes, dos deveres resultantes do contrato confere à parte não faltosa, nos termos gerais do direito, o direito de resolução do contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação dos serviços por período superior a 30 (trinta) dias de calendário.
3. O não exercício do direito de resolução não significa a renúncia ao mesmo.

Artigo 13.º - Encargos

Todas as despesas resultantes da celebração do contrato, designadamente dos impostos e da prestação das cauções são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 14.º - Foro competente

1. A lei aplicável ao contrato a celebrar e a toda a prestação dos serviços é a portuguesa, com exclusão expressa de qualquer outra lei, independentemente da nacionalidade do Adjudicatário.
2. Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal com a área de jurisdição de Lisboa.

Secção II - Cláusulas Técnicas

Artigo 15.º - Obrigações específicas do adjudicatário

1. O Adjudicatário fica obrigado à manutenção da equipa técnica apresentada na sua proposta. Qualquer alteração àquela equipa técnica deverá ser objeto de pedido prévio à APL, S.A., devidamente justificado, não sendo aceitável a substituição de qualquer dos seus elementos por elementos com qualificação inadequada ou inferior.
2. A responsabilidade de todos os trabalhos incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do Adjudicatário e só dele. Caso o Adjudicatário necessite de realizar qualquer parte do estudo por subcontratação, requererá previamente a competente autorização à APL, S.A., indicando o subcontratado a que pretende recorrer, demonstrando a sua capacidade e competência, e justificando tal necessidade.
3. À APL, S.A. reserva-se o direito de aceitar, ou não, qualquer alteração na equipa técnica ou a utilização de subcontratados, sem ter de justificar tal resolução.
4. A APL, S.A. reserva-se o direito de ordenar a substituição de qualquer subcontratado, designadamente, quando entender que não exista capacidade técnica indispensável para a realização da parte do estudo que lhe foi cometida.
5. Será da responsabilidade do Adjudicatário, a mobilização de todos os meios necessários à realização dos trabalhos propostos, incluindo meios informáticos, *hardware* e *software*, incluindo as respetivas licenças.

6. O Adjudicatário fica obrigado ao pontual cumprimento de todos os regulamentos e documentos normativos que se encontrem em vigor e que se relacionem com os trabalhos a realizar.

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO
DOS ESTUDOS DE MERCADO, DE AVALIAÇÃO
ECONÓMICO-FINANCEIRA E DE
OPERACIONALIZAÇÃO DA NAVEGABILIDADE NO
ESTUÁRIO DO TEJO**

1.OBJETIVO

Pretende a Administração do Porto de Lisboa, S. A., adiante designada por APL, adjudicar a prestação de serviços para a “Elaboração dos estudos de mercado, de viabilidade económico-financeira e de operacionalização da navegabilidade no estuário do Tejo”, com o objetivo de avaliar a viabilidade da exploração comercial da navegação fluvial, a qual é considerada fundamental para o desenvolvimento do porto de Lisboa, integrando os projetos de investimento previstos na estratégia para o aumento da competitividade portuária até 2026.

2.ENQUADRAMENTO

2.1 Caraterização sumária da jurisdição portuária e dos canais existentes no estuário do Tejo

A área de jurisdição da APL, SA, no plano líquido, pode definir-se, de forma muito genérica, como sendo (excluindo-se os mouchões do Tejo, as áreas molhadas e terrestres afetas à defesa nacional e, bem assim, as indispensáveis à execução de outros serviços públicos definidos na legislação em vigor) a seguinte:

todo o Estuário do Tejo, limitado a jusante pelo alinhamento das torres de São Julião e Bugio, e, Cova do Vapor, e limitado a montante por uma linha cerca de 50m a jusante da Ponte Marechal Carmona.

A informação sobre os Canais navegáveis sob jurisdição da APL e outra informação relevante sobre a navegação e permanência no porto, pode ser consultada em:

http://www.portodelisboa.pt/portal/page/portal/PORTAL_PORTO_LISBOA/HIDROGRAFIA/REGULAMENTO_CANAIS

e

http://www.portodelisboa.pt/portal/page/portal/PORTAL_PORTO_LISBOA/PORTO_LISBOA/SEGURANCA_AMBIENTE/REGULAMENTOS_NORMAS/Regulamento%20de%20Autoridade%20Portu%E1ria%20da%20APL.pdf

Na Planta constante do Anexo II é representado o limite da jurisdição da APL, bem como, os canais navegáveis e sua hierarquização de acordo com o definido no Regulamento de Canais.

2.2 Movimentação de mercadorias por via fluvial

2.2.1 Histórico e condicionantes da atividade

A navegação fluvial fez parte, desde sempre, do rio Tejo e das atividades do porto de Lisboa, permitindo fazer a ligação entre margens para o transporte de passageiros e de mercadorias, através de pequenas embarcações, e, conseqüentemente, o desenvolvimento de diversas atividades instaladas nos concelhos ribeirinhos.

Esta atividade sofreu, ao longo do tempo, diversas transformações, passando, a partir dos meados do século passado, a ser realizada com recurso a embarcações de maior porte, utilizando rebocues, de forma a dar satisfação às maiores exigências dos navios e das cargas.

Deste modo, a atividade foi-se especializando no transporte de granéis sólidos, nomeadamente, areias, cereais, cimento, clínquer e carvão, nas ligações entre margens, servindo as indústrias e as atividades comerciais instaladas nas zonas circundantes.

Com o gradual encerramento de atividades e instalações industriais em ambas as margens do Tejo, no final do século passado, com particular destaque para a atividade de extração de areias no Tejo, a que se junta o fim do abastecimento de fuel-óleo por via fluvial à Central do Carregado, que entretanto adotou o gás natural para a produção de energia elétrica desde 2004, a importância da navegação fluvial tem vindo a diminuir significativamente nos últimos 35 anos.

A perda de massa crítica no transporte fluvial que justifique o investimento, por norma significativo e de retorno lento, na manutenção das “estradas fluviais”, resulta na deficiência das condições de navegação e dos meios de manuseamento das mercadorias.

A navegação fluvial está, por outro lado, também sujeita a condicionantes que decorrem, quer das disposições contidas em instrumentos de gestão territorial atualmente em vigor, quer dos estatutos de conservação que abrangem parte significativa da zona montante do estuário, as quais poderão condicionar a exploração efetiva de diversas infraestruturas, incluindo dos canais de navegação na zona montante do estuário, como, por exemplo, a Cala das Barcas. As condições deste e de outros canais de navegação, não facilitam assim o incremento do atual tráfego fluvial e o desenvolvimento de serviços modernos e alinhados com as necessidades das cadeias de abastecimento do porto.

Em termos de infraestrutura e equipamento portuário de suporte a esta atividade, denota-se, no quadro atual, que os locais de carga/descarga ao longo do rio estão diretamente ligados às indústrias que as utilizam - com exceção do previsto cais da Castanheira do Ribatejo a montante da área de jurisdição da APL - sendo que os restantes cais/pontes fluviais e respetivos equipamentos que outrora serviram outras indústrias estão hoje inativos e em más condições de conservação.

Os cais ainda em funcionamento estão, por seu lado, preparados para a movimentação de certos tipos de carga, podendo não reunir as condições técnicas ou de segurança para a movimentação de outras mercadorias, sem a realização de investimentos.

A falta de área de estacionamento para embarcações de tráfego fluvial e a ausência de cais livres no porto, são igualmente fatores condicionantes ao desenvolvimento desta atividade.

No âmbito de estudos anteriormente realizados pela APL, na opinião dos operadores deste mercado, para além das restrições da navegabilidade e da disponibilidade e condições físicas e de utilização das infraestruturas portuárias, outras razões contribuem igualmente para a perda de relevância da navegação fluvial no estuário do Tejo, e que se traduzem em custos de exploração acrescidos desta operação face ao transporte rodoviário, com consequente perda de competitividade. As condicionantes apontadas são de índole jurídica, operacional e técnico-administrativa e compreendem entre outras:

- o enquadramento legal do trabalho a bordo e do trabalho portuário, o qual é desatualizado e desajustado da realidade atual da atividade de tráfego local e fluvial em Portugal e no resto da Europa;
- as lotações mínimas de tripulação são excessivas, por regulamentação de inscrição marítima desajustada da prática na Europa;
- a demora excessiva na obtenção de certificações das embarcações;
- a duplicação de obrigações de trabalho portuário da operação de estiva para o transporte fluvial, quando este lhe é complementar, e a duplicação de procedimentos e de carga burocrática do transporte marítimo para o transporte marítimo-fluvial, sendo que o transporte fluvial deveria ser encarado pelas autoridades como um segmento da cadeia de transporte complementar da atividade marítimo-portuária.

2.2.2 Situação atual

Atualmente a atividade fluvial de movimentação de cargas no rio Tejo, concentra-se principalmente no complemento das operações de carga e descarga de granéis sólidos dos navios fundeados ao largo, no estuário do Tejo, por meio de barçaças, em articulação com os terminais de granéis sólidos de Alhandra.

Existe alguma atividade de tráfego fluvial correspondente à movimentação de graneis sólidos agroalimentares entre terminais da margem esquerda e direita do Tejo, essencialmente ligada à gestão estratégica de capacidades de armazenagem destes granéis, bem como, à transferência de carga de importação de navios que, por impossibilidades de calado ou outra razão, não descarregam diretamente no terminal de destino.

Pode ainda assistir-se, mas em menor escala, à movimentação de granéis líquidos (combustíveis) e de carga geral (carga de projeto, perigosa e de contentores).

A movimentação da carga no Porto de Lisboa que utiliza a via fluvial atingiu em 2016 as 664 mil toneladas, o que representa cerca de 6% do total de carga movimentada no porto. Deste total de peso, 486 mil toneladas, ou seja, cerca de

73% corresponde à movimentação de cimento/clínquer com origem no terminal da CIMPOR de Alhandra e que é transportado por barcaça para navios fundeados ao largo que asseguram a sua exportação. Os restantes 27% correspondem maioritariamente ao tráfego fluvial de granéis sólidos alimentares.

No porto de Lisboa, o grupo ETE é o único operador de transporte fluvial de carga com uma frota que envolve barcaças, batelões, pontões, rebocadores e gruas flutuantes. A SILOPOR detém um batelão próprio que assegura a movimentação entre os seus terminais, da Trafaria e do Beato, e entre estes e os terminais de granéis alimentares de Alhandra e Palença.

A via fluvial é igualmente um importante meio para a prestação de serviços aos navios, como bancas, recolha de resíduos, fornecimentos de água e outros, e de prestação de apoio a serviços portuários, obras, manutenção de terminais e serviços marítimos.

2.3 Navegação fluvial – perspetiva futura

Por questões de melhoramento das acessibilidades e dos congestionamentos de tráfego rodoviário na área metropolitana de Lisboa torna-se imperativo viabilizar soluções de transferência da carga rodoviária para a fluvial, as quais se traduzem em claros benefícios ambientais, sociais e económicos.

O porto de Lisboa e os municípios adjacentes partilham e defendem este mesmo ponto de vista pelo que a necessidade de obviar esta pressão urbana é um importante *driver* para a adoção da solução fluvial.

Para além destes benefícios alargados, a comunidade portuária reconhece ainda um grande potencial de desenvolvimento no transporte fluvial, enquanto atividade em si mesma, não só no incremento das mercadorias e tipo de operações que atualmente já utilizam a via fluvial, mas também na possibilidade de captação de novos tráfegos, cargas e mercados, dos quais se destaca o tráfego fluvial de contentores, que caso se reúna as condições necessárias à sua implementação, poderá vir a ocorrer entre terminais existentes e a criar, e entre estes e plataformas logísticas, parques e terminais de 2.^a linha.

Vários estudos demonstram que a exploração dos corredores fluviais tem procura potencial significativa por empresas com dimensão relevante, as quais têm sinalizado interesse em desenvolver soluções fluviais no estuário, desde que servido de uma infraestrutura de navegação apropriada. Alguns operadores já utilizam a via fluvial e demonstram interesse em melhorá-la, outros são potenciais novos utilizadores desta via alternativa.

As soluções fluviais procuradas podem consubstanciar o incremento de cargas já transportadas por via fluvial, da transferência de mercadorias assegurada hoje, por razões várias, pela rodovia entre terminais e/ou indústria e entre as margens do rio, e da utilização do transporte fluvial para novos tráfegos, novos segmentos de carga, tais como carga geral especializada de grandes dimensões, graneis líquidos e carga fracionada.

Outros possíveis interessados poderão ser as plataformas logísticas e o tecido industrial da grande Lisboa, que estando localizados a montante no Tejo, assim como no Barreiro e Seixal, poderão usufruir de novas soluções multimodais com componente fluvial, uma vez que a nível de transporte rodoviário e ferroviário já se encontram em parte interligados com as redes europeias de transportes e, conseqüentemente, nas cadeias logísticas existentes.

O transporte fluvial de contentores está, por seu lado, correlacionado com três projetos estratégicos para o porto de Lisboa:

- Projeto ViaLisboa – Plataforma Multimodal do Porto de Lisboa - que integra um novo terminal multimodal no Barreiro e zonas logísticas neste concelho e no Seixal;
- Projeto do Aumento de Eficiência do Terminal de Contentores de Alcântara, cujo concessionário tem em estudo a solução fluvial para escoamento de contentores;
- Projeto do Cais Fluvial da Castanheira do Ribatejo, o qual é participado pela ETE e que, apesar de se encontrar fora da área de jurisdição da APL, tem por objetivo promover o transporte fluvial de contentores de e para o porto

de Lisboa, promovendo a sua ligação às plataformas logísticas da zona a norte do porto.

Em termos estratégicos, a APL considera a navegação fluvial um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento do porto de Lisboa, mais precisamente na concretização dos seguintes objetivos macro:

- Reorganizar a capacidade existente no Porto em termos de acessibilidades, ligações *last mile* (ferroviárias e rodoviárias) e conexões eficientes ao seu *hinterland* e à rede do Corredor Atlântico, reforçando o seu papel de infraestrutura *Core* na Rede Transeuropeia de Transporte;
- Desenvolver a plataforma multimodal do Porto de Lisboa, assegurando integração eficiente e interoperabilidade marítima, ferroviária, rodoviária e fluvial, com articulação completa ao Corredor Atlântico;
- Desenvolver a infraestrutura e as soluções multimodais necessárias, em resposta às pretensões da indústria e do sector logístico, melhorando as ligações entre distintas áreas do Porto de Lisboa e eliminando o tráfego de pesados nas áreas urbanas;
- Desenvolver o conceito de *gateway* no âmbito do Porto de Lisboa, integrando o planeamento, gestão e execução de operações logísticas com terminais de 2º e 3º linha em terra, e serviços fluviais;
- Desenvolver a navegação fluvial em articulação com outras atividades nomeadamente a náutica de recreio, a marítimo-turística e o tráfego fluvial de passageiros.

De forma qualitativa, e em resumo ao acima explicitado, admite-se que a navegação fluvial no rio Tejo atual e potencial, sustentada nos canais existentes no estuário, poderá fomentar:

- o atual tráfego fluvial em operações, quantitativos e tipos de mercadorias;

- as trocas comerciais entre as duas margens e entre terminais e plataformas logísticas/terminais de 2.ª linha;
- novos serviços portuários, de navegação e logísticos;
- maior eficiência das operações portuárias e menores custos com a carga;
- a abertura de um *hinterland* a cadeias logísticas mais eficientes do que as atuais;
- a criação de condições para a intensificação das atividades económicas na região de influencia do porto;
- a redução do tráfego rodoviário de camiões e a consequente evolução no sentido da descarbonização das cadeias logísticas que utilizam o porto de Lisboa;
- a atividade de bancas e de outros serviços a navios, nomeadamente, a viabilidade de projetos de fornecimento de LNG a navios;
- colateralmente, o turismo marítimo, nomeadamente tráfego fluvial de passageiros, náutica de recreio e atividade marítimo-turística.

3.DESCRICÃO SUMÁRIA DOS ESTUDOS A REALIZAR E RESPETIVAS METODOLOGIAS DE TRABALHO

3.1 Estudo de Mercado atual e potencial da utilização da via fluvial

Pretende-se com este estudo abrir novas perspetivas para o desenvolvimento de serviços fluviais de última geração no porto de Lisboa, devendo-se estudar de forma coerente a procura e a oferta, e o modo como estas se podem articular de

forma a viabilizar soluções de transporte fluvial, tendo em consideração, nesta análise, as condicionantes ao seu estabelecimento e evolução.

Torna-se, por conseguinte, necessário realizar um estudo de mercado que integre pelo menos os seguintes pontos, entre outros a sugerir pelo concorrente:

- Estudo do mercado atual, com caracterização quantitativa e qualitativa da procura e da oferta dos serviços que utilizam a via fluvial, em termos de intervenientes, tipos de serviço, segmentos de carga servidos, tipo e condições de operação (na carga/descarga e navegabilidade), equipamentos e infraestruturas portuárias utilizados, meios flutuantes existentes, frequências de serviço e trajetos percorridos (locais de origem e destino, canais de navegação utilizados e distâncias percorridas). Este estudo de mercado atual deverá concluir sobre a adequação da oferta à procura, em termos de infraestrutura portuária, equipamentos de carga/descarga, meios flutuantes e condições de navegabilidade;
- Diagnóstico das restrições de navegabilidade e das condições físicas e de utilização das infraestruturas portuárias existentes, assim como, dos constrangimentos de ordem jurídico-administrativo, que condicionam hoje a prestação da atividade do tráfego fluvial, com efeitos na sua eficiência, custos de exploração e no seu desenvolvimento futuro. Sobre estas últimas condicionantes é esperada uma proposta de resolução ou de revisão tendo por referência o quadro comunitário em vigor e o enquadramento legal e prática das atividades de tráfego fluvial e local nos restantes países da Europa;
- Estudo do mercado potencial da utilização da via fluvial a 25 anos, tendo em consideração, no mínimo, as perspetivas futuras referidas no ponto 2.3. destas Especificações Técnicas, com identificação dos interessados, respetivos projetos e perspetivas de investimento, potenciais beneficiários, tipos de serviço requeridos com indicação dos tipos de carga, quantidades e frequências dos respetivos tráfegos, projeção temporal dos tráfegos e benefícios diretos e indiretos esperados;
- Neste estudo a procura potencial deverá ser agregada por soluções fluviais, isto é, por trajetos de navegação que organizem as necessidades de

mercado e para os quais deve ser estruturada a oferta de serviços fluviais. Por trajeto, o estudo deverá:

- identificar e quantificar as distâncias a percorrer e entre que locais e caracterizar o mercado potencial servido, de acordo com o referido no ponto anterior;
- descrever quais as necessidades de oferta de serviço requeridas, em termos de intervenientes e de organização de meios para a sua estruturação e operacionalização;
- descrever, face ao estado atual, quais as necessidades de oferta de serviço requeridas, em termos de: disponibilidade e condições de infraestrutura portuária e equipamentos de carga/descarga; condições das acessibilidades fluviais dos canais existentes e de acessibilidades terrestres; tipo e número de embarcações e outros meios flutuantes.

Esta análise deverá ainda incluir uma projeção preliminar da totalidade dos meios flutuantes e das áreas de estacionamento de embarcações necessários, resultante da conjugação das diferentes soluções fluviais.

A elaboração deste estudo de mercado atual e potencial deverá compreender um levantamento e análise dos estudos existentes, nomeadamente os listados no ponto 4. e a auscultação dos eventuais interessados na exploração de soluções fluviais, devendo ser ouvidos por meio de entrevistas/reuniões:

- Operadores de terminais portuários e operadores de tráfego local e de transporte fluvial do Porto de Lisboa;
- Armadores, agentes de navegação, prestadores de serviços a navios que possam ter projetos/iniciativas ou interesses relacionados com a navegação fluvial no Porto de Lisboa;
- Centros geradores de carga, que se admite serem essencialmente indústrias e plataformas logísticas, terminais e parques de 2.º linha atualmente estabelecidas ou que venham a estabelecer-se na área de influência da navegável fluvial do Tejo;
- Operadores logísticos e de transporte que possam contribuir para a dinamização do tráfego fluvial;

O posicionamento dos interessados na exploração de soluções fluviais deverá ser caracterizado no que refere a:

- projetos, concretos ou previstos;
- investimentos, realizados ou prospetivados;
- fatores críticos, oportunidades e dificuldades apontadas ao desenvolvimento destas soluções;
- potencial de mercado e de desenvolvimento de negócio expectáveis;
- modelos de gestão a viabilização e eficiência das soluções, incluindo partilha de investimentos, riscos, parcerias etc.

Deverá igualmente ser efetuado o levantamento e a avaliação de:

- Terminais existentes, incluindo as estruturas acostáveis quanto a dimensões e equipamentos instalados, cota de fundação e cota máxima de dragagem, estado de conservação (preliminar), tipologia dos navios/embarcações que acostaram nestas estruturas nos últimos cinco anos, informação hidrográfica disponível sobre as bacias de manobra e acostagem, ligação às acessibilidades terrestres, numa perspetiva de conhecer a capacidade instalada e avaliar o seu potencial de utilização;
- Disponibilidade para instalação de novas estruturas portuárias, na frente ribeirinha, em função da análise de mercado e tendo em conta o planeamento espacial considerado nos IGT em vigor e aptidão local para o estabelecimento de bacias de acesso e manobra.

Toda a metodologia de trabalho para a execução do estudo de mercado e de viabilização das soluções fluviais deverá ter em conta uma análise de benchmarking nacional/europeia/internacional das melhores práticas associadas a soluções de mercado, de viabilização do negócio e soluções técnicas, que possam ser aplicáveis, com as devidas adaptações, ao caso de Lisboa.

2.2 Estudos técnicos preliminares e definição dos cenários

Cada solução fluvial, ou trajeto de navegação, deve ser caracterizada em cenários de oferta de serviços baseados em estudos técnicos preliminares que identifiquem e ponderem diferentes opções de investimento, assim como, as condicionantes existentes ao desenvolvimento da mesma.

Os estudos técnicos preliminares deverão considerar a conjugação das seguintes variáveis, entre outros:

- construção ou reabilitação/adaptação e manutenção de infraestruturas portuárias e de equipamentos de carga/descarga;
- acessibilidades fluviais para os terminais já existentes e para uma expansão com novos terminais/cais; para os terminais na situação existente e com recuperação ou reabilitação para aumento de capacidade (caso seja aplicável nalguma situação) ou receção de novas cargas;
- navegação condicionada à maré e sem condicionamentos à maré; com navegação "one-way" ou "two-way";
- geometria dos canais navegáveis e necessidades de dragagens de estabelecimento e/ou manutenção para distintas cotas;
- segurança da navegação (geometria dos canais, estabilidade de fundos, assinalamento marítimo, meios de deteção AIS e comunicação VHF e DF);
- alternativas de localização das torres de antenas de AIS, VHF e DF;
- alternativas de realocização dos sedimentos dragados, tendo em consideração a interpretação cuidadosa do estatuto legal de cada uma das áreas de proteção verificando, junto dos organismos competentes, a viabilidade das mesmas, numa perspetiva de diminuição dos trajetos percorridos e consequentemente de minimização da pegada ecológica, mas também de racionalização de custos.
- definição de embarcações-tipo, em função da capacidade atual das estruturas de acostagem existentes, do mercado a desenvolver, de potenciais novas/reabilitadas instalações e de potenciais novas soluções de embarcações de tráfego fluvial ou de adaptação das existentes. A escolha de um, ou mais, tipos de embarcação deve ser ampla e fundamentada em resultado do mercado a servir em determinado trajeto;
- infraestruturas de margem para transferência das atividades da via fluvial para a via terrestre, nomeadamente infraestruturas portuárias (Existentes

/ Planeadas / Áreas de Reserva), áreas de serventia adjacentes às infraestruturas, bacias de manobra para a navegação, fundeadouros no estuário, canais de acesso e Áreas de Proteção (Principais / Secundários / Outros);

- acessibilidades terrestres que garantam a transferência modal/intermodalidade necessária à organização e operacionalização de uma navegação fluvial estável.

Admite-se que alguns dos cenários potenciais possam não vir a ser considerados como verdadeiras alternativas e, deste modo, não necessitarão de desenvolvimento de estudos técnicos e de viabilidade económico-financeira. No entanto, deverão ser abordados, mesmo que de forma preliminar, e o seu não desenvolvimento justificado, cabendo ao adjudicatário fazer esta seleção.

Por cenário de navegação deverá igualmente ser identificado o mercado servido e o que não será possível servir face às opções de investimento e condicionantes existentes.

A avaliação dos cenários deve ter igualmente em consideração todas as condicionantes físicas, ambientais, de segurança da navegação e jurídico-administrativas, as quais devem ser identificadas na sua caracterização.

Neste contexto é necessário ter presente que na área abrangida pelo projeto, no estuário do Tejo, existem várias áreas com interesse para a conservação da natureza, que têm delimitações distintas mas em grande parte sobrepostas, designadamente:

- Ao nível nacional a Área Protegida da Reserva Natural do Estuário do Tejo – DL nº 565/76 de 19 de julho;
- Ao nível europeu e integradas na Rede Natura 2000 a PTZPE 0010 - Zona de Proteção Especial (ZPE) do Estuário do Tejo e o Sítio de Interesse Comunitário (SIC) PTCON 0009 SIC do Estuário do Tejo que decorre das disposições da Diretiva Habitats;
- Ao nível internacional o estuário do Tejo é uma zona húmida abrangida pela Convenção RAMSAR Sítio 3PT001 - Estuário do Tejo.

Efetivamente, quase todo o sector do Mar da Palha até praticamente Vila Franca de Xira integra a Rede Natura 2000, estabelecida ao abrigo das Diretivas das Aves e Habitats, e é abrangida pelo Plano Sectorial da Rede Natura 200, o qual se encontra eficaz. Acresce que, a ZPE do Estuário do Tejo, possui, também, um Plano de Gestão eficaz.

Por seu turno, parte das áreas integradas na Rede Natura, são também classificadas, no âmbito da rede nacional de áreas protegidas, como Reserva Natural (RNET), cujo Plano de Ordenamento se encontra eficaz. No respetivo Regulamento estão definidos diversos níveis de proteção, a que estão associados diferentes restrições e condicionalismos, ao nível das atividades e usos, que se dirigem aos seguintes tipos de área:

- De Protecção total
- De Protecção parcial (Tipos I e II)
- De Protecção Complementar
- De Protecção Específica

Igualmente deverão ser avaliadas as áreas de domínio público marítimo, e analisado o contorno legal, em todas as suas perspetivas, para o troço entre Vila Franca de Xira e Castanheira do Ribatejo, que não se encontra sob jurisdição da APL, S.A.

Por fim, deverão ser tidas em consideração as disposições regulamentares que definem usos e índices de ocupação, constantes dos instrumentos de gestão territorial em vigor sobre o território, tais como os Planos Municipais de Ordenamento do Território, incluindo os Planos Diretores e os Planos de Urbanização e de Pormenor dos diferentes municípios.

2.3 Avaliação económico-financeira dos cenários de navegação e sua classificação

Deverá ser desenvolvida uma avaliação económico-financeira para cada cenário de navegação, tendo em conta:

- Os pressupostos considerados para cada um desses cenários;

- O mercado captável e previsão da sua evolução;
- Os investimentos e custos globais de operacionalização de cada cenário estudado.

Os investimentos e custos globais devem ser apresentados em ordem de grandeza, e deverão ser totais e parcelares, segregados em função da sua natureza e objetivos.

A avaliação económico-financeira deve ser alargada para além dos custos e proveitos expectáveis e incluir uma análise dos benefícios indiretos. Dentro desta análise, é requisito mínimo uma análise quantitativa da potencial transferência de carga rodoviária para fluvial e da redução do transporte rodoviário, bem como dos benefícios ambientais conseguidos.

Deve ser apresentada para cada cenário de transporte fluvial a análise comparativa dos custos de transporte rodoviário e fluvial para a movimentação da carga com a mesma origem e o mesmo destino.

Por fim, ressalva-se que o estudo de viabilidade económico-financeiro deverá ter como base o estudo de mercado e ser realizado em regime de preços constantes e preços reais.

Deverão ser classificados e hierarquizados os cenários resultantes da avaliação económico-financeira, apurando-se, entre todos, aquele que melhor cumpra os objetivos técnicos, económicos, ambientais e operacionais pretendidos.

4. INFORMAÇÃO DE BASE E ESTUDOS COMPLEMENTARES

4.1 Informação de base

Existe um amplo conjunto de informação de base que deverá ser tida em consideração na elaboração dos estudos.

Para além de ter de ser considerada a existência de uma forte condicionante ao desenvolvimento de projetos na zona montante do estuário, que é a Reserva Natural do Estuário do Tejo e a área mais alargada integrada Rede Natura 2000 (ZPE e SIC Estuário do Tejo), deverão também, ser recolhidas as informações relativas aos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor, bem como informações relativas a planos de ordenamento e de desenvolvimento portuário, e respetivas condicionantes e potencialidades.

Parte da informação de base existente é pública e parte encontra-se disponível na APL, sendo que, aquela que for propriedade da APL, será disponibilizada ao adjudicatário para a realização dos estudos.

Todavia, compete ao adjudicatário identificar toda a informação de base que seja relevante para a execução dos estudos e promover todas as diligências necessárias para a sua obtenção, sempre que a mesma não seja pública ou não seja passível de disponibilização pela APL.

Para o efeito, serão também promovidas pela APL todas as diligências necessárias, nomeadamente a emissão de credenciais que facilitem os pedidos de informações por parte da equipa, e reuniões ou audiências junto de entidades que possuam informações relevantes para a execução dos trabalhos.

4.2 Diplomas Legais

De entre a informação pública constante de diplomas legais, destaca-se, pela sua relevância para consideração nestes estudos:

- Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo (Decreto Regulamentar nº 18/2001, de 7 de dezembro);
- Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 8 de junho, retificada

e republicada através da Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 17 de novembro, publicada no Diário da República, 1.ª série — N.º 222 — 18 de novembro de 2016);

- Plano de Gestão dos Riscos de Inundações Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2016, de 8 de junho, retificada e republicada através da Declaração de Retificação n.º 22-A/2016, de 17 de novembro, publicada no Diário da República, 1.ª série — N.º 222 — 18 de novembro de 2016);
- Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo (Resolução do Conselho de Ministros nº 177/2008, de 20 de julho);
- Plano de Gestão da Zona de Proteção Especial do Estuário do Tejo, (Portaria nº 670-A/99 (2.ª Série), de 29 de junho);
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (Resolução do Conselho de Ministros nº 115-A/2008, de 5 de junho);
- Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML), (Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 7 de fevereiro);
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), (Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro);
- Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI3+), (Resolução do Conselho de Ministros n.º 61-A/2015, de 18 de junho);

Deverá ainda, ser considerada informação complementar aos planos referidos (elementos de base e elementos que acompanham os planos), disponível junto das entidades públicas competentes para a sua implementação, em particular, junto da APA - Agência Portuguesa do Ambiente, da CCDR-LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, do ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, etc.

Deverá, também, ser considerada a informação relevante, constante dos IGT de nível municipal (PDM, PP, etc.) e estudos estratégicos de desenvolvimento, para cada um dos municípios interessados disponíveis no SNIT - Sistema Nacional de Informação Territorial e/ou junto das respetivas Câmaras Municipais.

4.3 Informação propriedade da APL

De entre a informação propriedade da APL, será disponibilizada ao adjudicatário, a seguinte informação:

- Estudo de Viabilidade Técnico-Económico-Financeira da Melhoria das Condições de Navegabilidade do Rio Tejo (Cala do Norte) (HIDROPROJECTO e BERIN, 1992);
- Reavaliação e Identificação das Áreas com Interesse Portuário na Zona de Jurisdição da APL (HIDROPROJECTO e PLURAL, 2001);
- Estudo da Melhor Acessibilidade de Navios de Grande Porte ao Terminal Multimodal de Xabregas (HIDROPROJECTO, 2002);
- Caracterização de Sedimentos para a definição do Canal Navegável da Cala das Barcas, Relatório Síntese (APL, 2007);
- Estudo de Impacte Ambiental para a definição/regularização do canal navegável na Cala das Barcas. Caracterização da Situação de Referência (HIDROPROJECTO, 2005);
- Projeto “NAVITEJO” – Desenvolvimento do Tráfego Fluvial no Porto de Lisboa (APL,SA, 2007);
- Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Lisboa (CONSULMAR/BSA/DHVFBO, 2007);
- Protocolo celebrado entre a ABERTIS, SA, a APL, SA e a REFER, EP, relativo ao estabelecimento de conexões modais ferroviária e fluvial (em 10 de Março de 2008);
- Plano Integrado da Rede de Infraestruturas de Apoio à Náutica de Recreio no Estuário do Tejo (PIRANET) (WW/BSA/DHVFBO, 2010);
- Estudo Jurídico de enquadramento da construção e exploração de uma ligação fluvial à Plataforma Logística de Lisboa Norte (castanheira do ribatejo), (J. Campos e Associados, Sociedade de Advogados RL, 2010);
- Estatísticas da atividade portuária e elementos de caracterização vários (também disponíveis em <http://www.portodelisboa.pt/>);
- Regulamento de Canais da APL, SA (também disponível em http://www.portodelisboa.pt/portal/page/portal/PORTAL_PORTO_LISBOA/HIDROGRAFIA/REGULAMENTO_CANAIS);

- Regulamento da Autoridade Portuária da APL- Administração do Porto de Lisboa, S.A. (também disponível em http://www.portodelisboa.pt/portal/page/portal/PORTAL_PORTO_LISBOA/PORTO_LISBOA/SEGURANCA_AMBIENTE/REGULAMENTOS_NORMAS/Regulamento%20de%20Autoridade%20Portu%20ria%20da%20APL.pdf).

A APL disponibilizará, ainda, a seguinte informação geoespacial e de dragagens:

- Batimetria – Cala das Barcas, entre Cabo Ruivo até Vila Franca de Xira, 2002;
- Batimetria – Cala das Barcas, entre Cabo Ruivo até Vila Franca de Xira, 2011;
- Batimetria – Cala das Barcas, zona do Raso, 2015;
- Batimetria – Cala das Barcas, zona do Raso, antes e após dragagens, várias datas;
- Histórico de dragagens na zona do Raso, com respetiva informação hidrográfica, volumes e datas;
- Outras batimetrias diversas;
- Ortofotomapas, escala 1:10 000 da área de estudo;
- Cartografia diversa de algumas das zonas em estudos
- Limites da jurisdição portuária e Poligonais de delimitação do Domínio Público Marítimo, nos 11 Municípios ribeirinhos.

Para o efeito, serão também promovidas pela APL todas as diligências necessárias, nomeadamente a emissão de credenciais que facilitem os pedidos de informações por parte da equipa, e reuniões ou audiências junto de entidades que possuam informações relevantes para a execução dos trabalhos.

4.4 Informações de outras entidades

Existe ainda, um conjunto de informação que não sendo pública ou não se encontrando disponível no domínio público internet, é, no entanto, relevante para o desenvolvimento dos estudos, e a sua disponibilização deverá ser solicitada pelo adjudicatário junto das entidades que a detém, nomeadamente:

- Caracterização Hidrodinâmica da Região do Mar da Palha – Apoio à Construção da Ponte Vasco da Gama (GATTEL/LNEC);
- Estudo de Impacte Ambiental da Plataforma Logística de Lisboa Norte (outubro 2007), cujo proponente é a Abertis Logistica (Barcelona), disponível na CCDR-LVT;
- Declaração de Impacte Ambiental do projeto da Plataforma Logística de Lisboa Norte, emitida em 4 de janeiro de 2008, disponível na CCDR-LVT;
- Proposta de Definição de Âmbito do EIA do Projeto da Plataforma Logística da Castanheira do Ribatejo (outubro 2011), cujo proponente é a PROMOVINTE – Investimentos Imobiliários, SA, disponível na CCDR-LVT;
- Estudo Preliminar de localização e dimensionamento do Terminal Fluvial de Castanheira do Ribatejo (Atelier ACVB), disponível na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira;
- Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo (em elaboração), disponível junto da APA;
- Plano Nacional Marítimo-Portuário (em elaboração), provavelmente disponível junto do IMT – Instituto da Mobilidade e Transportes;
- O Plano de Ordenamento do Estuário, Saberes e Reflexões – Tágides 04, (ARH do Tejo, 2009);
- Estudo preliminar da construção de um cais fluvial e porto seco no Carregado - Alenquer, (MSC – Mediterranean Shipping Company (Portugal) – Agentes de Navegação, S.A., 2013)
- Estudo de viabilidade para acesso de navios comerciais ao terminal cimenteiro da CIMPOR, em Alhandra (PROMAN, 2013);
- Projeto do Cais Fluvial de Castanheira do Ribatejo (Grupo ETE, 2015);
- Projeto de otimização da ponte-cais da IBEROL e do tráfego fluvial Trafaria-Alhandra (IBEROL/Grupo TMB, 2016).

4.5 Estudos complementares

Na elaboração dos estudos, deverão igualmente ser considerados outros estudos complementares e outras fontes de informação, de que se destacam desde já:

- Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) 2013-2015, (Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2013, de 27 de março;

- Listagem de empreendimentos turísticos classificados e previstos na orla estuarina (Turismo de Portugal);
- Atividades de Turismo de Natureza (ICNF/RNET:);
- Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT), (Resolução do Conselho de Ministros n.º 64-A/2009, de 6 de agosto);
- ANF, Autoridade Florestal Nacional: Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa (2006).
- ANF, Autoridade Florestal Nacional: Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo (2006).

5. ELEMENTOS A FORNECER PELA APL

Previamente ao início dos trabalhos, serão fornecidos ao Adjudicatário, toda a informação de base identificada no ponto 4.3 propriedade da APL.

6. ELEMENTOS A ENTREGAR À APL

No decurso da prestação de serviços deverão ser entregues e submetidos à aprovação da APL:

- Plano detalhado do desenvolvimento do estudo, uma semana após a 1.ª reunião de trabalho;
- Relatório preliminar do Estudo de mercado atual e potencial, três meses após a 1.ª reunião de trabalho;
- Relatório intercalar com a versão preliminar dos cenários de navegação fluvial, dos respetivos estudos técnicos preliminares e a avaliação preliminar de custos, cinco meses após a 1.ª reunião de trabalho;
- Relatório final dos estudos de mercado e de avaliação económico-financeira dos cenários de navegação e sua respetiva classificação e hierarquização, seis meses após a 1.ª reunião de trabalho.

Deverão ser entregues à APL 2 (dois) exemplares do relatório em formato papel e em formato digital editável (em formato Microsoft Word e Excel, para as peças escritas, e dwg para as peças desenhadas). O adjudicatário, em complemento, poderá, se assim o entender, entregar também em formatos digitais não editáveis (pdf).

ANEXO II AO CADERNO DE ENCARGOS - PLANTA